



Bancários do BB ficam sem atendimento hospitalar

Sindicato cobra Cassi em Brasília -

Os funcionários do Banco do Brasil foram surpreendidos no início do mês, com a suspensão, sem nenhum aviso prévio, do atendimento dos associados da CASSI nos hospitais de Dourados.

Diante da denúncia o diretor vice-presidente do sindicato, Carlos Longo, que já se encontrava em Brasília, agendou reunião, para tratar do assunto, com a Diretora de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes da CASSI, Mirian Fochi.

A reunião aconteceu no dia 05/03 e o Sindicato cobrou explicações e providências para que o serviço seja reestabelecido. Ao tomar co-

nhecimento do fato a diretora explicou que os hospitais de Dourados negociam em "bloco", pedindo reajuste de honorários acima dos valores praticados pela CASSI. Mirian Fochi adiantou que acha muito difícil atender ao pedido dos hospitais.

Diante desse quadro o Sindicato cobrará do Banco do Brasil, responsável pelo Plano de Saúde a imediata solução do problema, em reunião com o Superintendente Regional, nesta quinta (14/3). O Sindicato busca ainda, junto a ANS (Agência Nacional de Saúde) o reestabelecimento do atendimento de acordo com as normas e legislação vigente.

MPT: mediação com Santander sobre demissões será quinta

O Ministério Público do Trabalho (MPT), por intermédio da procuradora Ana Cristina Tostes Ribeiro, adiou para quinta-feira (14/3), às 14h, a audiência de mediação com o Santander, em Brasília, sobre as demissões em massa antes do Natal de 2012. A reunião estava inicialmente agendada para

ocorrer nesta terça-feira (12).

A mediação foi marcada após a audiência de conciliação da Ação Civil Pública (ACP) movida pelo MPT contra o banco e em tramitação na 14ª Vara do Trabalho, que acabou sendo suspensa na segunda (4/3) pelo prazo de 30 dias para nova tentativa de conciliação.

PLR sem IR aquece o mercado

A nova tabela do Imposto de Renda garante isenção total no pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) até R\$ 6 mil. Quem recebe mais é beneficiado com tabela do IR com descontos progressivos. A mudança representa uma economia de R\$ 866 milhões, de acordo com o Dieese.

Para chegar ao montante, foram comparadas as tabelas de 2012 e a que entrou em vigor neste ano. Como o valor médio da PLR é de R\$ 11 mil paga a 497 mil bancários em todo o país, o governo arrecadaria R\$ 1,127 bilhão. Mas, com a nova alíquota o montante cai para R\$ 290 milhões.

Para que a campanha da PLR sem

IR - lançada no final de 2011 por bancários, metalúrgicos, químicos, petroleiros e urbanitários - fosse vitoriosa foi fundamental a adesão dos trabalhadores ao movimento.

Entre as iniciativas houve a coleta de cerca de 200 mil assinaturas - das quais 117 mil dos bancários - para que fosse aprovado projeto de lei do deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP), que propunha a isenção total para a PLR dos assalariados.

Outra estimativa do Dieese aponta que a PLR total paga aos trabalhadores dos bancos públicos e privados injetou cerca de R\$ 4,9 bilhões na economia. Dinheiro que fortalece o mercado interno do País.

Chapa apoiada pelo Sindicato vence eleições do Sindicato de Brasília

Com 56,39% dos votos válidos, a Chapa 1 - CUT Bancários - venceu a eleição que escolheu a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília para o triênio 2013-2016. No total 3 chapas disputaram o pleito.

A Chapa 1 contou com o apoio da Fetec-CUT/CN, da Contraf-CUT e da maioria dos sindicatos do País, dentre eles o nosso, que esteve presente na campanha e na eleição com os diretores, Carlos Longo, Edson Rigoni, Walter Ogima e Edegar Martins.

7ª Marcha das centrais reúne 50 mil em Brasília

Mais de 50 mil manifestantes tomaram a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, na quarta (6/3) na 7ª Marcha das Centrais Sindicais e Movimentos Sociais, com militantes da CUT, CGTB, Força Sindical, NCST e UGT.

Os manifestantes foram a Brasília defender a pauta da classe trabalhadora, que enfatiza a necessidade de ampliar os investimentos públicos em infraestrutura e nas áreas sociais, fortalecer o mercado interno e redistribuir renda, execrando o receituário neoliberal de arrocho e precarização de direitos que tem vitaminado a crise nos países capitalistas centrais.

Homofobia não!!!

Depois de ter o nome confirmado como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, apesar dos protestos em todo o País e de ser assumidamente homofóbico e racista, o deputado evangélico Marco Feliciano (PSC-SP) resolveu desafiar a sociedade.

Durante culto em sua igreja convocou os fiéis a combaterem o Projeto de Lei que torna crime a homofobia. Avisou que não vai recuar. Dias atrás ele foi mostrado em vídeo para todo Brasil pedindo o cartão de crédito e a senha de um fiel. Uma vergonha.